

Parecer nº: 209 /2013

Brasília-DF, 18 de abril de 2013.

Assunto: consulta de empresa quanto à possibilidade de participar de licitação.

Sr. Chefe da PR/AJ,

Trata-se de questionamento formulado por Thiago, por intermédio de e-mail encaminhado à Secretaria de Licitações, quanto à possibilidade de uma empresa participar e vir a ser declarada habilitada em licitação promovida pela Codevasf, mesmo que possua suspensão decretada no Estado da Bahia.

A Chefe da Secretaria de Licitações encaminhou a consulta a esta Assessoria Jurídica.

Pois bem.

Pela narração do requerente, a penalidade que sofreu foi: "suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos" (art. 87, III, da Lei nº 8.666/93).

O grande cerne da questão é aferir se o impedimento também abrange outros órgãos além daquele aplicador da sanção.

Analisando o dispositivo legal supra citado, observa-se que a suspensão refere-se a contratações com a "Administração". Não há explicação na norma quanto à abrangência deste termo, se refere-se a todos os entes da administração pública ou só àquele que aplicou a penalidade.

Nesta senda, observo que o TCU posicionou-se, majoritariamente, no sentido de que tal suspensão abrange tão somente o órgão que sancionou o licitante. Veja-se o teor dos seguintes julgados:

*Handwritten signature*

Contratação pública – Licitação – Sanção – Suspensão temporária – Empresa penalizada por outra entidade – Participação em certame – Possibilidade – TCU

De acordo com o TCU, é possível prever em edital que o impedimento de participar de certame em razão da sanção prevista no art. 87, inc. III, da Lei nº 8.666/93 restringe-se apenas às empresas penalizadas pela entidade que realiza a licitação, sendo possível a participação de empresas penalizadas por outras entidades da Administração Pública federal. Precedente mencionado na decisão: Acórdão nº 2.218/2011, da 1ª Câmara.

(TCU, Acórdão nº 902/2012, Plenário, Rel. Min. José Jorge, DOU de 23.04.2012, Informativo nº 102, período de 16 a 20.04.2012.)

Contratação pública – Planejamento – Edital – Condições de participação – Restrição – Empresas suspensas temporariamente por outros órgãos – Ilegalidade – TCU

A previsão em edital que limita a participação em licitação de empresas em desfavor das quais tenha sido aplicada, por outros órgãos, a pena de suspensão temporária foi considerada irregular pelo TCU, por se tratar de restrição indevida ao caráter competitivo do certame. Dessa decisão é possível concluir que o Tribunal está firmando seu entendimento de que a aplicação da sanção de suspensão temporária por um órgão ou uma entidade não se estende aos demais.

(TCU, Acórdão nº 917/2011, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 20.04.2011.)

Contratação pública – Licitação – Sanção – Suspensão temporária – Aplicação por outro órgão ou entidade – Restrição à participação em licitação – Impossibilidade – TCU

O Tribunal de Contas da União determinou ao órgão licitante que: "abstenha-se de restringir, em seus certames, a participação de empresas em desfavor das quais tenha sido aplicada, por outros órgãos ou entidades, a pena de suspensão temporária prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993".

(TCU, Acórdão nº 2.617/2010, 2ª Câmara, Rel. Min. Aroldo Cedraz, DOU de 04.06.2010.)

Por outro lado, o STJ possui jurisprudência divergente, em que entende ter aquela sanção efeitos sobre a licitante no que concerne à contratação com todos os entes da administração pública. Entende, neste ponto, que se houve aplicação da suspensão à empresa é porque esta deixou lacunas no cumprimento de contrato, motivo pelo qual não se pode depreender que tenha retidão de conduta em nova contratação.

Sobre o tema, transcrevo:

Contratação pública – Contrato – Sanção – Suspensão temporária – Abrangência para todos os órgãos e entidades – STJ

Em relação aos efeitos da aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação, o STJ decidiu que “é irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV)) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras. A Administração Pública é uma, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum. A limitação dos efeitos da ‘suspensão de participação de licitação’ não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública”.

(STJ, REsp nº 151.567, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 14.04.2003, veiculado na *Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC*, Curitiba: Zênite, n. 121, p. 278, mar. 2004, seção Jurisprudência.)

A punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que determinou a punição, mas a toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que empresa suspensa contratasse novamente durante o período de suspensão, tirando desta a eficácia necessária.

(STJ, Resp nº 174.247/SP, 2ª T., rel. Min. Castro Meira, DJ de 22.11.2004)

Por fim, registro que o professor Marçal Justen Filho, na obra *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 15ª ed., p. 1.020, corrobora o entendimento de que não se poderia admitir a regularidade para participar de licitação de empresa que tenha sido sancionada em outro certame. O ilustre doutrinador registra que a licitante já teria provado sua falta de condições para executar o objeto contratual. Assim preleciona:

Se o agente apresenta desvios de conduta que o inabilitam para contratar com um determinado sujeito administrativo, os efeitos dessa ilicitude teriam de se estender a toda a Administração Pública. Assim se passa porque a prática do ato reprovável, que fundamentou a imposição da sanção de suspensão do direito de licitar e contratar, evidencia que o infrator não é merecedor de confiança.

Contudo, a despeito dos posicionamentos relatados, esta Assessoria Jurídica filia-se à posição do TCU. **Entendemos que a penalidade aplicada com**

10/10



Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
PR/Assessoria Jurídica

fulcro no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, abarca a empresa apenas e tão somente dentro do âmbito do órgão que a penalizou.

Nessa linha, inclusive, são as penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva da Codevasf que entende ser a empresa sancionada inábil para contratar apenas com a Codevasf.

No que concerne ao questionamento quanto à possibilidade de participar de licitações e ser habilitada a empresa que não possua ocorrência ou impedimento no SICAF, é de se salientar que devem ser atendidas as exigências de habilitação constantes do edital do certame. É situação que não pode ser analisada em tese, devendo ter a conclusão jurídica perante o caso concreto.

É o parecer, que submeto a apreciação superior.

*Livia Cristina C. Araújo do Nascimento*  
**Assessora Jurídica**

Encontro-me de acordo com o parecer supra por seus próprios fundamentos.  
À consideração superior.  
Brasília, 10 / 05 / 2013.

*Túlio Ferreira Pinheiro*  
**Chefe da Unidade de Assuntos Administrativos**

De acordo em 10/05/2013.  
Aprovo o parecer supra. À 12/05/2013, para os devidos fins.

*Alessandro Luiz dos Reis*  
**Chefe da Assessoria Jurídica**